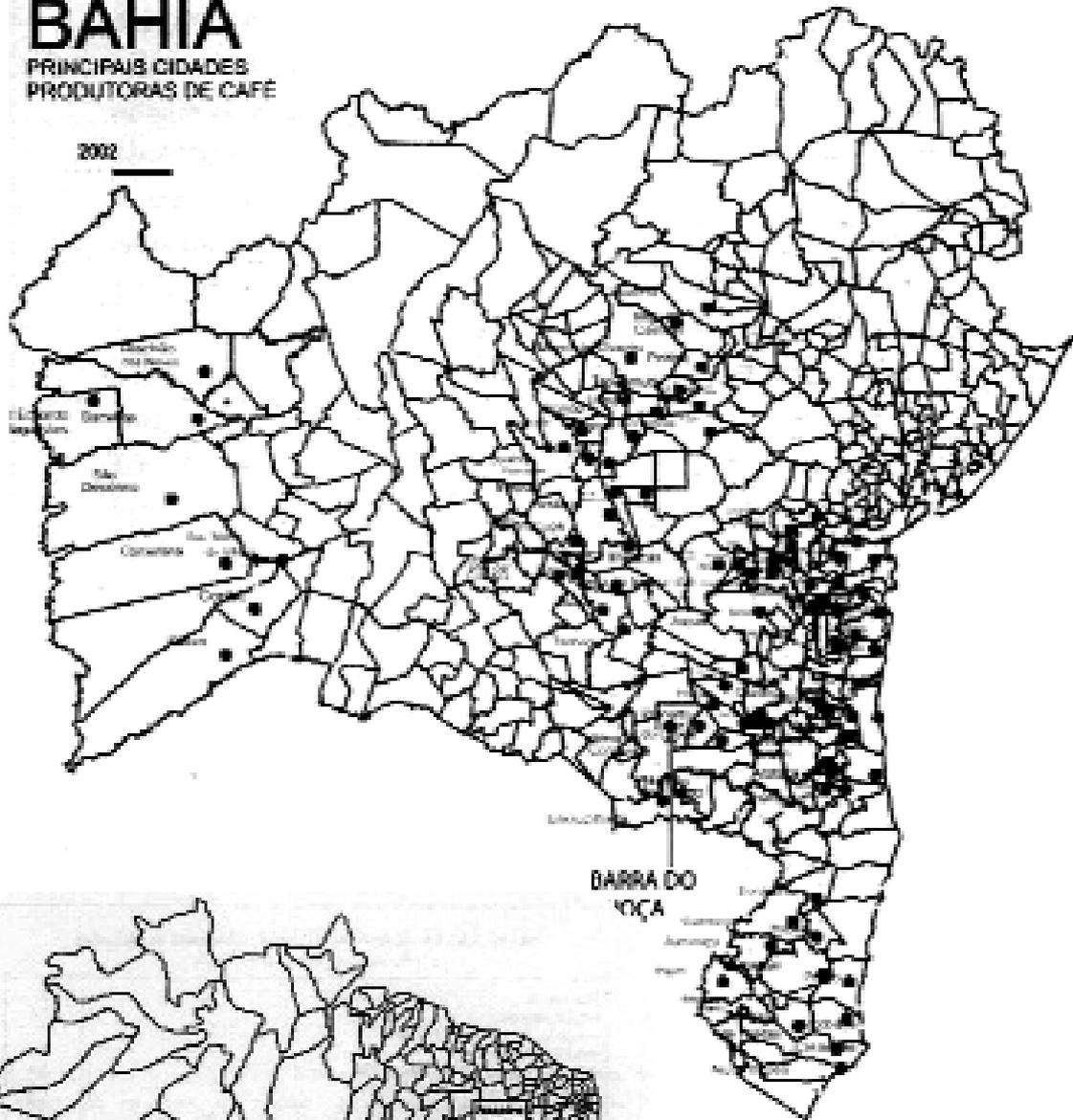


BAHIA

PRINCIPAIS CIDADES
PRODUTORAS DE CAFÉ

2002



Quando a qualidade do café esta valorizando o produtor: os efeitos de um programa de desenvolvimento rural no Brasil

*Pernette Grandjean*¹

Resumo: *O artigo apresenta o trabalho de associações de pequenos produtores de café numa região do Nordeste brasileiro, o Planalto de Vitória da Conquista, no sudoeste do estado da Bahia. A primeira parte expõem o contexto da implementação da cafeeicultura na região e o perfil dos produtores. Em seguida, focaliza-se sobre o modo de funcionamento das associações e apresenta-se um balanço diferenciado das suas atividades. Enfim, coloca-se numa terceira parte vários aspectos referentes ao papel deste tipo de estrutura. Seria que pode responder aos anseios do pequeno produtor e assegurar a integração da agricultura de base familiar no processo de transformação da cafeeicultura? Como o trabalho efetuado sobre a qualidade do café está mudando a percepção do produtor? Seria que este projeto, mobilizando fortemente uma parte dos pequenos produtores do município, pode melhorar de forma durável a situação dos produtores num país onde os pequenos produtores estão submetidos a forte pressão sobre a terra e acham-se frequentemente em situações difíceis.*

Summary: *This paper presents the activity of some associations of small coffee producers from Planalto de Vitória da Conquista, located in the south east of the State of Bahia (Nordeste, Brazil). The first part describes how the culture was brought to the region and gives a typology of the producers. The second part sets the scene of the local associations and shows how uneven are the results of their activity. The third part analyses how these associations are perceived and their role: do they help small farmers to integrate the transformations of agriculture? How do the peasants accept the new quality standards? In a country where small farmers are submitted to a strong pressure, these projects - if and when successful - could have a positive contribution to the development of a more sustainable economy.*

Palavras-chave: cafeeicultura brasileira, qualidade, Associações de produtores, imagens do produto.

Keywords: coffee production, Brazil, quality, local associations

Ao lado do ótimo desempenho da sua agricultura, o Brasil é sobretudo conhecido pelas fortes desigualdades fundiárias e o problema recorrente da exclusão social e do aumento da pobreza na zonas rurais, principalmente nas regiões do Nordeste do país. Ali, a situação difícil de numerosos pequenos proprietários e produtores sem terra chega diariamente ao conhecimento, via as ações midiáticas de organizações como o Movimento dos Sem Terra.

A agricultura brasileira passou por um processo de modernização, fortemente impulsionado pelo Estado, favorecendo a consolidação das grandes e médias empresas em detrimento dos pequenos agricultores e a implementação de um complexo agroindustrial altamente competitivo. Isso gerou, em alguns anos, um estrondoso crescimento da produtividade agrícola, mas teve custos sociais muito altos.

Da mesma maneira, a cafeicultura brasileira foi objeto de um conjunto de transformações tecnológicas e institucionais, iniciado na década de 60, que possibilitaram a sua adequação ao modelo produtivista da agricultura. Um processo importante de inovações modificou em muito o seu perfil. A esta evolução, tem que adicionar a procura de uma qualidade maior, que há vinte anos, está propagando-se no conjunto da cafeicultura brasileira, mobilizando, com meios técnicos diferentes, todos os atores da produção.

Embora o setor cafeeiro contasse principalmente com grandes e médias empresas, existe também no seu seio pequenos produtores de até 20 hectares de café. No Nordeste brasileiro, na região do Planalto de Vitória da Conquista (Estado da Bahia), encontra-se uma experiência inédita no quadro do setor cafeeiro brasileiro: um desenvolvimento rural promovido pelas associações de pequenos produtores que implantaram ali a cultura do café. Esse artigo tenta analisar o papel dessas associações de produtores e compreender de que forma a cafeicultura pode contribuir para as mudanças ocorridas nas comunidades rurais. Seria que o associativismo pode ser um caminho para obter resultados nesta atividade agrícola? Em que medida este tipo de cultura pode melhorar de forma durável a situação dos produtores num país onde os pequenos produtores estão submetidos a forte pressão sobre a terra e acham-se frequentemente em situações difíceis?²

OS PEQUENOS PRODUTORES DE CAFÉ NO BRASIL: ISOLADOS NO MUNDO DOS GRANDES

O Nordeste nas regiões da cafeicultura brasileira

O café do Brasil, originário da Guiana, foi introduzido no país em 1727 pelo Nordeste, mas não teve nesta região o sucesso obtido mais tarde, no Sudeste, no vale do Paraíba e no Planalto Paulista. Depois de uma forte expansão da cultura para os estados do Paraná e de Minas Gerais, o deslocamento do café está se processando para o Norte do país. Atualmente, a participação dos estados brasileiros na produção do café apresenta-se da maneira seguinte: o estado de Minas Gerais é o líder (56 % da produção) seguido pelos estados de Espírito Santo (15 %), São Paulo (13 %), Paraná (6 %), Bahia (5 %) e Rondônia (4 %).

A história da cafeicultura no Nordeste é bastante recente, pois somente na década de 70 o café expandiu-se no Planalto da Conquista e na Chapada Diamantina com incentivos do plano do governo federal.

Hoje em dia, o estado da Bahia possui três principais áreas produtoras (ver o mapa): o sul do estado que é uma extensão da produção de robusta do Espírito Santo e onde a produção está crescendo em função do crescimento do plantio na região decadente produtora de cacau; o sudoeste, em torno do Planalto de Vitória da Conquista, com café arábica de altitude elevada, com pouca mecanização; e o oeste do estado, uma região com imenso potencial de crescimento em áreas planas, adequadas a mecanização e com uma rica bacia hidrográfica propícia à irrigação. Esta zona pioneira de produção cresceu à partir da década de 90, atraindo produtores de outras regiões, e até mesmo investidores estrangeiros, por causa dos preços da terra e incentivos dados pelo governo da Bahia.

O Planalto de Vitória da Conquista, com uma altitude acima de 700 metros, faz parte da região do Sudoeste da Bahia. Esta região cafeeira é composta de doze municípios produtores de café, com uma área de aproximadamente 50 000 hectares. O município de Barra do Choça, criado em 1962 quando se emancipou do município de Vitória da Conquista, tem a liderança da cafeicultura regional com 18 000 hectares plantados, o que fica consignado com orgulho na entrada da cidade « Aqui, Você está na terra do café ».

Os pequenos produtores do Planalto da Conquista.

O café chegou na região do Planalto da Conquista no início da década de 1970 quando, com o Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais, o governo federal teve como objetivo ampliar área de produção de café, principalmente em zonas livres de ocorrência de geadas, para elevar o nível de produção do país e se manter como o primeiro produtor de café do mundo. Foi um plano que mais se preocupou com a quantidade do que com a qualidade.

No início, o projeto financiado pelo governo federal através do IBC, não favoreceu as populações locais, as quais foram marginalizadas do processo produtivo. Ele propiciou, num primeiro momento, o ingresso na atividade de pessoas de origem diversa: funcionários, comerciantes, profissionais liberais, pessoas que não tinham atividades ligadas à terra, que entraram na atividade para ganhar dinheiro, aproveitando-se de um financiamento barato.

Apos alguns anos – e sobretudo com a extinção do IBC em 1990 –, a cafeicultura na Bahia ficou muito vulnerável e, dos pólos inicialmente implantados no Estado, só praticamente ficou o polo do Planalto da Conquista. A queda da produtividade devida a lavoura mal cuidada e um alto nível de endividamento causaram graves problemas nesta atividade que mais gerava emprego na região. Essa situação levou à criação da Associação dos Cafeicultores de Conquista – ASCCON, a qual elaborou o projeto chamado Cafeicultura 2000 que tinha como objetivo geral a expansão da cafeicultura no sudoeste da Bahia. Mas este projeto visava também a fixação do homem ao campo para diminuir o indício muito forte do exodo rural ocorrido nesta região. Para atingir este objetivo, o projeto preconizava a promoção de conselhos, associações e cooperativas, que deveriam trabalhar de forma integrada. O projeto recebeu o apoio do Governo do Estado da Bahia e do Banco do Nordeste, o qual liberou recursos³, principalmente para pequenos produtores organizados em associações. Assim sendo, o projeto permitiu a inclusão do pequeno produtor no sistema financeiro, provocando uma forte mudança do perfil da cafeicultura. O setor inclui uma parte significativa de produtores pequenos (no padrão brasileiro), o que constitui um fato inédito na cafeicultura brasileira.

*Tabela n° 1: Município de Barra do Choça
Percentuais dos estabelecimentos agrícolas por grupos de área*

	1970	1970	1975	1975	1980	1980	1985	1985
Grupos de áreas (ha)	N° Estab. (%)	área (ha)						
<20	16	2,8	22,2	2,7	9,8	1,4	63,8	8,1
20-100	63,8	25,1	55,5	29,8	70,6	31,4	27,5	28
100-500	18	39,4	20,3	47,7	17,7	37,2	7,6	36,5
500 e mais	2,2	32,7	2,3	19,8	1,9	30	1,1	27,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: FIBGE, Censo agropecuario de 1970, 1975, 1980, 1985.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria da Agricultura do Município da Barra do Choça em 1999, o número de propriedades com café era 1.313, sendo que dessas, mais de 700 propriedades são de produtores com menos de 20 hectares. Esta cifra representa um crescimento de 3 vezes quando comparado com o número de pequenas propriedades com café existente no ano de 1984. A tabela acima mostra que houve também um aumento significativo no número de pequenas propriedades com até 20 hectares. Esta evolução enquadra-se perfeitamente no objetivo do projeto « Cafeicultura 2000 ». O percurso dos pais de Eliana ilustra bem este tipo de produtor.

« filha do município, meus pais são pequenos proprietários do município aqui de Barra do Choça. Eles moram nessa propriedade, têm dois hectares de café. Eles já são idosos, têm 73 anos cada, são retirantes, são sobreviventes da seca do Nordeste. Meu pai é paraibano, minha mãe é pernambucana. Eles vieram, se instalaram. Ele começou a administrar uma fazenda ao lado, depois ele adquiriu essa pequena propriedade onde somos instalados até hoje. E eles viviam até hoje lá, nessa propriedade que tem pouco mais de meio alqueiro. É bem pequeno mesmo. »

Uma adaptação necessária

Como em todas as regiões de produção, os cafeicultores do Planalto de Vitória da Conquista tiveram que se adaptar as rápidas mudanças que enfrentou a cafeicultura brasileira. Sem entrar no detalhe da história do café no Brasil, pode se ressaltar uma mudança na política cafeeira, dirigida até os anos 90 pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café). Até esta última data, a estratégia

brasileira de inserção no mercado internacional tem sido a venda de café *commodity*, em que a variável de concorrência é o preço. Por isto, durante esse período, não houve no Brasil incentivo para se produzir e vender qualidade. A política de garantia de preços do café adotada pelo IBC ilustra bem este fato; de 1969 a 1979, os preços dos cafés arábica de melhor qualidade foram praticamente iguais aos preços dos cafés de qualidade comum. Isto desestimulou o investimento em tratamentos culturais, inibindo estratégias de segmentação na comercialização de cafés. Com isso, a imagem do café no mercado internacional foi piorando justamente no momento em que a concorrência entre os produtores no mercado internacional passou a ser baseada em um padrão que privilegiava a qualidade.

Desde o início da década de 90, o sistema cafeeiro brasileiro tem se defrontado com rápidas mudanças no seu ambiente produtivo. Em 1989, foram suspensos os AICs, o IBC foi extinto em 1990 e, em 1992, teve fim o tabelamento dos preços no mercado interno. E, portanto, a partir da década de 1990 que a competitividade do setor do café passou a ser efetivamente testada, inclusive no mercado interno. Com efeito, o consumidor brasileiro está aprendendo que o café possui tipos e qualidades diferentes, com a introdução de novos produtos no mercado. Foram abertas lojas de café que têm atraído o público jovem, a exemplo do que se observa nos mercados europeu e americano.

O crescimento da demanda interna e externa por cafés arábica de qualidade constitui uma oportunidade para o Brasil explorar a competitividade na produção e exportação de café arábica de qualidade. Isto levou os produtores a adaptar-se e seguir a via da qualidade. Também as associações de pequenos produtores encontram-se envolvidas nesse novo cenário, tomando consciência do que o processo produtivo deve evoluir.

O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES

Diferentes tipos de estrutura

Foi na década de 90 que surgiram as primeiras associações de pequenos produtores no município de Barra do Choça. O desenvolvimento dessas associações inscreve-se numa tendência mais geral, observada na agricultura brasileira desde os anos trinta, o reagrupamento crescente dos produtores em diversas formas de

organizações. O cooperativismo e o associativismo representam uma das alternativas para incluir as unidades de produção familiar nos processos produtivos que dificilmente poderiam ser levados por pequenos agricultores isolados. As dificuldades econômicas enfrentadas pelas pequenas unidades de produção agrícola são próprias destes empreendimentos vistos que se encontram imprensadas entre grandes fornecedores e grandes compradores, que impõem preços para compra e venda dos produtos.

Outra explicação formulada consiste em analisar estas formas de organização como uma maneira de preencher o vazio deixado pelas políticas públicas e a falta de compromisso do Estado diante das necessidades dos pequenos produtores. Assim sendo, as associações e cooperativas permitem a obtenção de financiamento para custear parte ou totalidade das atividades agrícolas. Com efeito, a falta de garantias legais constitui um fator insuperável para pequenos produtores marginalizados do processo de crédito. Desta forma, “As associações propiciam ao produtor uma oportunidade maior de conseguir financiamento bancário, uma vez que existem financiamentos destinados as mesmas. E o caso de PRO-NAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que possui verbas maiores destinadas à associações de produtores familiares” (Soares, 2000:05).

Embora seja difícil, em alguns casos, evidenciar diferenças nítidas entre cooperativismo e associativismo, pode se ressaltar que o cooperativismo aparece, antes de tudo, como uma forma de organização que tem a finalidade de viabilizar e desenvolver atividades econômicas de consumo e/ou de produção, prestação de serviços, créditos, comercialização, etc. Trata-se de um modelo que foi difundido no Brasil sob a tutela estatal, nos anos trinta, identificado como promotor e controlador dos grupos de interesse. Esse modelo evoluiu, firmando-se na nova dinâmica social em que os diversos atores interagem em parceria e negociação com o Estado. No que diz respeito a essas novas estruturas, Graziano da Silva fala de “neocorporativismo” e resalta que “encarna a representação de interesses diversos, podendo ser identificado como uma forma de gestão das políticas públicas dentro de uma idéia de concerto típico das sociedades contemporâneas” (Silva, J., Graziano da, 1996). Essas estruturas adaptaram-se à evolução da economia.

No caso da cafeicultura, está havendo um crescimento importante do número de organizações, em contraposição ao período de regulamentação em que o IBC controlava e coordenava todas as ações privadas deste setor. Existem assim grandes cooperativas de produção que, embora servissem como meio de articulação entre pequeno produtor e a média e grande produção, estão funcionando no padrão de grandes empresas. Outras organizações que merecem ser mencionadas são as associações de produtores que se organizaram para explorar vantagens particulares relativas às condições físicas de produção na região onde estão inseridas. O principal objetivo é desenvolver estratégias com vistas à valorização do produto pelo marketing e pela pesquisa, aumentando com um certificado de origem a visibilidade do café regional de maneira a agregar valor ao café produzido. O exemplo mais conhecido desta forma de atuação é o do CACCER (Conselho das Associações do Café do Cerrado) que agrega nove associações de produtores do cerrado mineiro. Os bons resultados do CACCER propiciaram o surgimento de muitas outras organizações de produtores, como a Associação Sulmineira dos Cafeicultores e a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia.

As associações de produtores de Barra do Choça

Bem diferentes aparecem as associações de pequenos produtores de Barra do Choça, tanto na forma de atuação como na dimensão econômica. Elas cresceram sobretudo a partir da liberação de crédito para plantio de café pelo Banco do Nordeste e apareceram como uma grande opção de desenvolvimento para pequenos produtores. Até o início da década de 90, a maioria desses agricultores praticavam uma agricultura e pecuária de subsistência, cultivando feijão, banana, milho e, principalmente a mandioca para fabricação de farinha. O exíguo poder aquisitivo dessa população impedia-lhe o acesso aos serviços básicos prestados pela municipalidade.

O surgimento das associações tem sua origem no movimento católico e seu incremento na década de 90 a partir do projeto da ASCCON. O governo do Estado da Bahia, em parceria com o Banco do Nordeste, propiciou a liberação do crédito. Além disto, houve uma forte atuação da Prefeitura municipal de Barra do Choça no estímulo tanto organizativo como de divulgação junto aos produtores.

Atualmente, existem no município dezessete associações, juntando 518 associados (Pinto Santos, P., 2001) que tem o café como atividade agrícola principal. O primeiro passo foi a tomada de consciência dos problemas então encontrados no município: número importante de mão de obra ociosa no campo, problema de subemprego e de esvaziamento da áreas rurais. A busca de soluções viáveis para manter os pequenos produtores no lugar levou as organizações de produtores a identificar as potencialidades agrícolas e possíveis alternativas. A escolha do café justifica-se. O café é uma lavoura que utiliza utensílios rudimentários, técnicas simples, fáceis de serem assimiladas por todos, mas está exigindo um acompanhamento, uma presença constante do produtor na sua terra. Por isso, o café pode ser facilmente adotada por pequenos produtores. Além disto, é uma cultura que facilmente se insere no sistema cultural de subsistência praticado pelos pequenos produtores.

Se percebe que a implantação da associação foi baseada num critério econômico: se juntar para alcançar ganhos econômicos de escala. Mas muito além desta preocupação, pesou também o aspecto de convivência e a possibilidade por ela fornecida de estreitamento dos laços sociais. Este fato pode explicar o sucesso desigual das associações que foram longe de obter os mesmos resultados. Algumas, logo após obtenção do crédito, se desmobilizaram. Outras, como a de Lagoa Verde, conheceram um maior sucesso.

A Associação de Lagoa Verde

Criada em 1997, a Associação de Lagoa Verde conta atualmente com 34 socios que participam ativamente às reuniões. Além do objetivo primeiro – a obtenção de um financiamento para o café – ela reivindicava a implantação de uma infra-estrutura de transporte, educação, saúde ainda inexistente naquela comunidade.

A associação pode ser vista como um sistema: vários elementos estão interagindo com outros fatores do entorno. Ela pode contar com o apoio dos serviços técnicos da municipalidade e da Secretária de Agricultura do município no trâmite burocrático no processo de constituição da associação. Teve um papel relevante também a personalidade muito forte do atual presidente da associação, Gedeon, que foi o primeiro produtor a fazer um projeto para apreciação no Banco do Nordeste. O exemplo serviu de base para reformular o projeto, integrando a demanda de financiamento num

projeto de maior significância para a comunidade. É interessante salientar como propagam-se as inovações numa comunidade rural. As decisões sobre adoção de cultivos e administração da propriedade agrícola resultam de múltiplos sinais emanados dos membros da comunidade. O exemplo dos pares talvez têm um papel mais importante do que as indicações dos extensionistas rurais, dos vendedores das companhias de sementes e insumos químicos e das políticas públicas.

Logo depois a implementação do café, os produtores contaram com o apoio dos técnicos agrônomos através de cursos e assistência técnica para o manejo das lavouras.

Um balanço positivo

No que diz respeito à associação de Lagoa Verde, vários aspectos merecem ser mencionados, ressaltando o caráter positivo da experiência.

a) ficar no lugar: a cafeicultura contribui para as mudanças das condições de vida dos pequenos produtores. A maioria deles, antes do ingresso na associação e do cultivo do café, eram trabalhadores temporários em outras propriedades. Eles raramente tinham condição de trabalhar a própria terra por falta de recursos. Um número significativo de produtores trabalhava uma parte do ano nas cidades da região e até muito mais longe como em São Paulo e outras metrópoles do país. O percurso de Camerito ilustra esta situação:

« Ja batalhei muito. Ja andei para Belém do Para, Maranhão, Piauí, São Paulo, Tariri, Guarujá... Mas graças à Deus, estou muito satisfeito. Até uma data desta, fiz essa rocinha de café. Ai, tenho 4 hectares e 9 000 covas de café. Estou trabalhando ai devagarzinho. A gente trabalha muito mas adquire pouco... o que é difícil. A gente vai levando devagar ai, plantando milho, plantando feijão. As vezes quando chove, perde; quando dá sol as vezes perde a semente como eu perdi o ano passado. A gente vai... Agora, graças à Deus estou apoiado. Meu ex-patrão morreu mas deixou um pedacinho de terra para mim e eu plantei um cafezinho e vou vivendo... ».

Hoje, os produtores estão participando juntamente com seus familiares no processo produtivo e alguns não trabalham mais no exterior. Todas as entrevistas permitiram compreender a satisfação dos agricultores ao afirmar que passaram a trabalhar por conta própria.

b) O café permitiu viabilizar a agricultura de subsistência pois ele pode ser cultivado em consórcio com as lavouras praticadas pelos pequenos produtores. Integrando o café no seu sistema de subsistência, os produtores conseguiram obter uma fonte de renda que complementou de maneira apreciável a renda familiar e permitiu o equilíbrio que a unidade familiar precisava.

c) A associação de Lagoa Verde permitiu a implementação no local de várias infra-estruturas básicas que antigamente não existiam. Estradas foram abertas ou melhoradas, pontes foram construídos, escolas e posto de saúde foram implementados. Tudo isto foi visto como aspectos muito positivos pela comunidade, tendo em vista a carência desta localidade. Além disto, foram implantados um reservatório de água e uma pequena usina de beneficiamento.

d) Houve rápidas mudanças nas práticas agrícolas. O saber do agricultor progressivamente está evoluindo na medida em que se introduz um novo padrão de produção. O fato da grande maioria dos produtores ter acesso à assistência técnica pode ser um dos fatores para explicar essa evolução, sendo muito frequentes e regulares as análises de solos, análises foliares, adoção de cultivo segundo curvas de nível, adoção de adubos químicos etc. Sobretudo, esforços importantes foram realizados para aumentar a qualidade do café. Isto materializa-se nos tratos culturais e sobretudo na colheita. Embora não seja generalizada, a colheita seletiva dos frutos em seu ponto ótimo de maturação (estágio de cereja) é cada vez mais praticada embora resistências se encontrem em pessoas mais idosas, tal o pai de Eliana:

« Meu pai, até pelo proprio fato de ser uma pessoa idosa, ele é meio difícil de adquirir técnicas novas. Ele continua cultivando de uma forma bastante tradicional, colhendo o café verde, inclusive, obtendo um produto de baixa qualidade, uma forma de colheita que danifica as plantas, porque têm uma derruba de folhas muito grande... Agora em relação à adubação, não, é mais uma questão econômica mesma, ele tem... vem adubando, quando tem condição, ele aduba bem. Quando não são, ele usa adubo orgânico: é o esterco, é a palha e outras alternativas que ele pode lançar mão. Agora, para esse ano é que já consegui convencê-lo de que a próxima colheita, nos iremos fazer de uma forma diferente ».

Com efeito, os produtores repararam que a escolha da qualidade constitui-se, hoje em dia, como a linha estratégica a ser seguida, a parcela do mercado na qual tem que se inserir para obter uma melhor valorização da produção. Gedeon insistiu neste aspecto numa reunião da Associação:

« Nos vamos pensar de ter na nossa propriedade um pouco de café mas um café bom, de qualidade. Não aquele café que a gente ia fazendo atrás, aquele café ruim, pegando chuva tudo dia... Porque fazer um café bom? Porque nos sabemos que com café ruim, nos perdemos dinheiro com isto. Não vai ter possibilidades de pagar nossos avanços, melhorar as nossas casas, nossos transportes... Então através desse café especial, tenho certeza que vamos vender o nosso café. Já participei de vários encontros: é o café que o Brasil está pedindo, o café que o mundo quer... ».

O beneficiamento foi melhorado. Geralmente, os produtores de café estão processando no seio da fazenda as operações que seguem a safra. As técnicas aconselhadas para alcançar uma qualidade superior na produção do café são aquelas da via úmida. Faz muito tempo que estas foram difundidas na maioria dos países produtores de arábica doce. Mas o Brasil só chegou à adoptá-las recentemente. A adopção da via úmida torna o trabalho muito mais pesado pois tem que tomar em conta as fases de depulagem e lavagem. Além disto, no Planalto da Conquista, as condições climáticas (período de safra que coincide com o período de chuva) obrigam os produtores em efetuar a secagem na caatinga, uma zona semi-árida localizada às 80 quilómetros da zona de produção. Essa prática apresenta um custo evidente em transporte, em mão de obra... Ela constitui uma solução de socorro, da qual só podem fugir grandes e médios produtores, aqueles que puderam investir num secador mecânico. Despolpando manualmente até agora, de forma bastante trabalhosa, os pequenos produtores podem hoje, com a recente aquisição de uma máquina despulpadora, olhar para o futuro de maneira mais serena.

e) Enfim, os produtores creditam à força da união muitas das conquistas junto ao poder público municipal e as entidades estaduais e federais. Mais do que isto, eles reconhecem à associação

ter estreitado os laços entre os sócios, dando força no decorrer dos encontros ao projeto comum. E isto que transparece nas palavras de Edivaldo:

« Chegei aqui em 1979. Faz pouco mais de vinte anos... Ai, sempre gostei da roça, trabalhava com meu pai. Ai, fundou a associação, entrei na associação. Plantei 2 hectares, foi 6 000 pés de café e estou batalhando até hoje. Gostei muito da associação, em termos de conhecimentos... porque de primeiro, a gente nem conhecimento tem. Até para gente conversar. Não quero dizer que a gente não sabe conversar mas melhorou muito. Tenho mais força... que, de primeiro, era cada um para si... enquanto, com a associação é tudo mundo unido. Ai tem como a gente discutir. Tem horas que a gente esta aqui sentado. Ja tem uns falando « Foi, fulano, meu negocio ai deu certo... » E ai so aquelas gargalhadas que a gente da, ai ja é uma coisa. Achei que melhorou muito... ».

Num estilo um pouco lírico, Paulo Pinto Santos, que acompanhou o processo do associativismo no municipio, chega na mesma conclusão:

« Hoje são comunidades fortes, comunidades organizadas, comunidades servindo inclusive de exemplo para provar que, através do associativismo, é possível nos alcançarmos um desenvolvimento mais equitativo, mais igualitário, e que é possível, através da agricultura, de um movimento organizado, conseguir buscar alternativas para que essa população rural melhore a sua qualidade de vida e alcance os sonhos que toda familia tem para si e para seus filhos. Quando você convive com esses produtores, estabelece um diálogo e convive com seu dia a dia, percebe como a alta estima dessas pessoas... melhorou, como passaram à acreditar em si mesmo, e que existe esperança, e que são capazes de alcançarem aqueles objetivos que a familia inteira sonhou junta. Então é quando nos percebemos essa realidade, é que nos faz acreditar que é esse um caminho possível que deve ser incentivado, e que deve ser buscada parceria no sentido de colaborar para que essas coisas aconteçam ».

Agora, o desafio é outro. A via de desenvolvimento rural integrando a qualidade constitue um projeto relativamente recente, que precisa ser levantado pela frente, mas que está portador de

uma grande esperança para toda uma comunidade camponesa, num país no qual – precisa lembrar-se – a situação da maioria dos pequenos produtores, submetidos à fortes pressões fundiárias, está muito difícil.

NOTAS

- 1 Professeur, Université de Reims.
- 2 A base das informações foi recolhida em 2001 e 2002 durante o trabalho de preparação e de filmagem do filme de Pernette Grandjean e Jean Jimenez « Café do Brasil. As fronteiras da qualidade », PAL 47 min. CAM-UTM. Os trechos de entrevistas são tirados do filme.
- 3 Durante o período de 1996 a 2000, foram liberados mais de 30 milhões de reais para a cafeicultura regional (Dutra, C. , 2004).

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, J., *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1999, 214 p.
- Dutra, C., *Café e desenvolvimento sustentável. Perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Planalto de Vitória da Conquista*, UESB, 2004, 167 p.
- Jara, C., *A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção*, Brasília/IICA; Recife/ SEPLAN, 1998, 316 p.
- Santos, P. *Associações dos pequenos produtores: perspectivas para o desenvolvimento sustentável*, Tese de mestrado, mimeo, Universidade de Brasília, 2001.
- Silva, J. Graziano da, *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, UNICAMP/IE, 1996, 211 p.
- Soares, M.R. e *al.*, “Associativismo e cooperativismo entre produtores familiares na região de Monte Carmelo”, MG, in: *Anais do X World Congress of rural sociology*, Rio de Janeiro, Agosto de 2000.